

Considerações acerca da Noção de Felicidade no Pensamento Marxista

Rubens Vinicius da Silva*



O objetivo do presente texto é abordar as diferentes manifestações concretas do processo de alienação na sociedade capitalista e seu vínculo com a ideia de felicidade propagandeada e reforçada via valores, sentimentos e interesses da classe dominante e suas classes auxiliares. Em primeiro momento, iremos nos debruçar sobre a concepção dominante deste sentimento na sociedade atual, com a descrição da moral utilitarista e do hedonismo. Após, apresentaremos uma concepção de felicidade vinculada ao marxismo, partindo das contribuições de Karl Marx e Nildo Viana ao analisar a forma como esta é produzida no capitalismo, tendo em vista que ambas apresentam um antagonismo no que tange ao projeto político e perspectiva de classe que expressam. Para tanto, partiremos das relações sociais concretas e de uma breve síntese dos conceitos de alienação e mais-valor, bem como das condições de seu surgimento (a propriedade privada dos meios de produção) com base nos pressupostos da teoria marxista.

* Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI/FAMEBLU; Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás - PPGS-UFG.

A moral utilitarista e o hedonismo como ideias dominantes de felicidade no capitalismo

A ideia de felicidade sempre esteve intimamente vinculada aos desejos e vontades mais fundamentais dos seres humanos ao longo da história das sociedades humanas. Com a consolidação do capitalismo, temos o aparecimento de uma determinada concepção relativa à ideia de ser feliz e de quais seriam os mecanismos necessários para o seu alcance. A importância e hegemonia desta ideia de felicidade vêm sendo garantida e possui enorme influência nos dias de hoje. Dentre os diversos autores e correntes de pensamento que se dedicaram a esta questão, podemos enumerar como principal expoente a tradição utilitarista (BARBOSA, 2006). Para esta tradição filosófica, o preceito básico seria a máxima felicidade possível para o maior número de pessoas.

O utilitarismo (sobretudo a obra de Jeremy Bentham) possui a clara tentativa de transformar a ética numa ciência positiva da conduta humana, assemelhando-se à matemática. No que tange ao domínio da moral, Bentham afirma que os dois únicos fatos verdadeiramente importantes para o ser humano são o prazer e a dor. Tais pressupostos têm origem no hedonismo, movimento filosófico surgido na Grécia Antiga e historicamente defendido em Roma (escravismo antigo). Esta tradição foi desenvolvida por diversos filósofos, ideólogos e demais apologistas da ordem burguesa.

Para o hedonismo, de modo genérico, o prazer seria o soberano bem do homem e sua busca seria o primeiro princípio moral. Pode-se dizer que a moral utilitarista se assemelha a uma espécie de hedonismo calculado, onde o indivíduo buscaria sempre o que concebe como sua felicidade e para concretizá-la deveria sofrer o mínimo de dor (BARBOSA, 2006). A este respeito, Erich Fromm, em sua obra *Análise do Homem* apresenta as limitações desta corrente filosófica, identificando-a como um dos entraves no desenvolvimento de uma ética humanista, pois limitaria a noção de felicidade às sensações advindas da experiência imediata. Nas palavras do autor:

(...) ao fazer do homem o único juiz dos valores, poderia parecer que o prazer ou a dor se transforma no árbitro final do bem e do mal. Se realmente fosse esta a única alternativa, então o princípio humanista não poderia servir de base a normas éticas. Pois vemos que alguns encontram prazer em embriagar-se, em acumular riquezas, na fama, em magoar pessoas, ao passo que outros o encontram amando, partilhando coisas com os

amigos, pensando, pintando. Como poderá nossa vida ser guiada por um motivo que se aplique igualmente ao animal como ao homem, à boa ou à má pessoa, ao normal e ao enfermo? Mesmo que moderemos o princípio do prazer, restringindo-o aos prazeres que não prejudiquem os legítimos interesses das demais pessoas, ele não se presta a orientar nossas ações. (FROMM, 1968, p.150, grifos nossos).

Ao enaltecer a liberdade individual e a livre iniciativa, a moral utilitarista aparece como a resposta encontrada pela sociedade capitalista ao problema da busca pela felicidade. Assim sendo, é necessário que haja a produção e sistematização de determinados valores, ideias, sentimentos, interesses e mentalidade que colabore para sua real efetivação. Para esta tradição filosófica, caberia aos indivíduos isolados, mediados pela intervenção estatal (cujas leis harmonizariam os interesses individuais e os da coletividade) se baterem por sua vida no sentido de conquistar uma existência plena e feliz.

Passaremos agora para a análise de como se dá a alienação da sociedade capitalista, bem como sustentaremos que enquanto esta relação social persistir haverá a manutenção da sociedade burguesa, o que impossibilita de modo concreto a felicidade autêntica da humanidade. Justificamos a limitação da escolha e descrição de ambas as concepções em virtude da primeira (vinculada à tradição utilitarista) ter se configurado na sistematização dominante das noções relativas a este sentimento. Já a segunda concepção por apresentar em seu conteúdo a possibilidade de superação do conjunto das relações sociais capitalistas, o que nos instrumentaliza a crítica radical da primeira ideia descrita e revela o antagonismo e os interesses inconciliáveis, inclusive no que diz respeito à manifestação concreta da atividade humana em nossa sociedade, identificando as limitações e real necessidade de uma ideia de felicidade alicerçada nos pressupostos do utilitarismo e do hedonismo.

Alienação e a impossibilidade da felicidade no capitalismo

Entretanto, nas sociedades de classes não há como conceber uma ideia de felicidade que seja aplicável a todos os seus membros, uma vez que a realidade concreta e o processo de produção e reprodução da vida material na sociedade burguesa impede sua devida concretização. Conforme Adolfo Sánchez Vázquez: “nas sociedades baseadas

na exploração do homem pelo homem, a felicidade do maior número possível de pessoas não pode ser separada da infelicidade que a torna possível” (VÁZQUEZ apud BARBOSA, 2006, p. 152).

Partindo do pressuposto de que os seres humanos reais e concretos, no processo de produção de sua vida material estabelecem necessariamente um conjunto de relações independentes de sua vontade, para a satisfação de necessidades (desde as mais básicas como beber, comer, amar, etc.) socialmente produzidas, podemos perceber que na sociedade capitalista a maioria da população se encontra desprovida da quase totalidade do conjunto do produto de seu trabalho. Por trabalho podemos entender aquilo que funda a atividade dos seres humanos, ou seja, toda e qualquer atividade de transformação da sociedade realizada com o dispêndio do conjunto suas energias físicas e mentais. O trabalho humano parte da transformação da natureza através de elementos que nela estão presentes, os quais já tendo sido transformados por intermédio de trabalhos passados têm como objetivo fundamental a satisfação de determinados interesses e necessidades socialmente criadas.

O trabalho humano é práxis, objetivação e manifestação da atividade real dos seres humanos. Através do trabalho os seres humanos dão forma ao mundo e nele se reconhecem, uma vez que por intermédio dele se relacionam, satisfazem determinadas necessidades e desenvolvem suas potencialidades. Contudo, nas sociedades de classes o caráter do trabalho sofre uma alteração radical que por sua vez resulta numa manifestação antagônica de realizar esta necessidade e potencialidade.

É inerente à existência concreta do ser humano produzir e reproduzir os meios necessários à vida, e esta é uma das determinações que nos distingue dos demais animais. Assim sendo, podemos afirmar que um dos elementos que constitui o ser humano, que afirmam sua natureza (aqui cabe diferenciar que não há nada de “natural” em tal premissa, uma vez que a humanidade se constituiu socialmente, produzindo e reproduzindo determinadas relações com o passar de sua história, que nada mais é do que o desenvolvimento temporal irreversível, no caso da história humana) é o trabalho enquanto objetivação, exteriorização do ser humano e da possibilidade real do desenvolvimento de suas potencialidades.

Não se trata aqui de identificar um ser humano unilateral (como sendo um animal racional, político, dotado de tele encéfalo desenvolvido e polegar opositor...), isolado em

apenas uma ou em determinado conjunto de atividades. Partimos da totalidade das atividades essenciais e do caráter eminentemente social dos seres humanos, exteriorizados por intermédio do trabalho e da sociabilidade, que são as duas determinações que fundam a espécie.

Entretanto, apesar do trabalho ser produzindo socialmente através da associação e cooperação entre os seres humanos no processo de produção, ele pode ser deformado, servindo não aos interesses autênticos do conjunto da humanidade, mas para a reprodução de interesses de determinadas classes sociais. Com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte, com o aparecimento da divisão social do trabalho, funda-se o trabalho alienado.

Este deixa de ser manifestação da natureza humana, da totalidade de atividades que constituem e fundam o ser social que é o ser humano, para se tornar uma relação social de dominação e exploração. As classes detentoras dos meios de produção e reprodução da vida constroem as demais classes despossuídas ao trabalho alienado. Tal processo cria uma série de classes auxiliares e subordinadas, através do aprofundamento do processo de divisão social do trabalho e da acumulação e concentração de capital. A lógica do trabalho alienado se baseia na heterogestão, onde há o controle e fixação de determinada atividade social por outros que não os produtores diretos. Ademais, as relações heterogestadas se baseiam na separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção e reprodução da vida material.

Na sociedade capitalista, o trabalho alienado se manifesta na produção de mercadorias via extração de mais-valor. Esta é a especificidade deste modo de produção. As duas classes fundamentais do capitalismo, que são justamente as classes que em sua relação fornecem a dinâmica social (via relação de exploração através da produção e extração de mais-valor) são a burguesia e o proletariado. A relação social capital é mais uma forma historicamente desenvolvida pela humanidade no curso de sua existência, possuindo historicidade e dinâmica próprias. Contudo, somente no capitalismo ocorre a produção e conseqüente extração de mais-valor. Sobre este conceito, fundamental para a teoria marxista, nos apropriamos das palavras de Nildo Viana em seu Manifesto Autogestionário. Para este autor, o mais-valor (ou “mais-valia”) pode ser caracterizado como sendo

um excedente que só pode existir devido ao trabalho humano, vivo, concreto, que transforma as matérias-primas, utilizando ferramentas e máquinas, em um produto novo, com um valor acrescido ao anterior. O trabalho humano realizado acrescenta valor às mercadorias produzidas, produz um excedente. Este excedente, portanto, é produto do trabalho vivo da classe operária. Esta classe, ao acrescentar valor às mercadorias, ao produzir um mais-valor (ou “mais-valia”), permite a acumulação de capital e o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, da classe capitalista sobre a classe operária (VIANA, 2008, p.16).

A partir disso, podemos perguntar: o que é o trabalho alienado? Como a alienação surge na sociedade e qual sua relação com os demais aspectos da vida social? Nas palavras de Karl Marx, tal processo se generaliza na medida em que

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos reage independentemente, como uma atividade estranha, divina ou diabólica sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (MARX, 2006, p. 114).

Neste sentido, a alienação é uma relação social na qual o trabalhador é dirigido por outro, o não-trabalhador. É a negação da objetivação, portanto, da natureza humana (VIANA, 2007). Neste sentido, podemos afirmar que para a perspectiva marxista a felicidade somente é possível através da plena realização das potencialidades humanas,

expressa através no trabalho livre da alienação e na possibilidade real de, através deste processo de libertação, generalizar-se uma nova e superior configuração de valores, ideias, sentimentos e interesses. Contudo, resta aprofundar melhor o que se entende por alienação e como esta se manifesta concretamente na sociedade burguesa. Trata-se de uma relação social que, nas sociedades de classes, se funda na exploração e dominação, negando o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e privando ao conjunto dos seres humanos a gestão da produção e da distribuição daquilo que é socialmente produzido. Tal relação se alastra necessariamente para o conjunto da vida social na medida em que a divisão entre dirigentes e dirigidos no processo de produção é expandida não somente para a esfera da distribuição, mas invade o conjunto das demais relações sociais e da vida em sociedade. Temos aqui um aprofundamento sistemático da divisão social do trabalho.

Aquilo que é criação dos seres humanos associados lhes aparece como sendo o seu criador, passando a dominá-los. Estas relações se manifestam de forma incessante e frenética, de tal maneira que somos constrangidos a naturalizá-las. Em nossas representações cotidianas (aquilo que os ideólogos burgueses denominam “senso comum”), nos locais de estudo, trabalho e moradia, através da propaganda dos meios de comunicação, aceitamos sem o menor questionamento a necessidade de uma liderança, direção e de objetivos fixados externamente, por outros indivíduos que não os produtores diretos.

Na sociedade capitalista, não há como promover o bem geral. A suposta “felicidade de todos” é, em verdade, a infelicidade da totalidade da população. Os grandes burgueses, com suas fortunas e ostentação advindas da exploração e dominação da esmagadora maioria da população trabalhadora, também estão submetidos à alienação generalizada que domina nossa sociedade. Por mais que gozem de uma infinidade de privilégios, satisfações e prazeres satisfeitos graças ao reino das mercadorias, também a classe dominante está submetida ao capital, divisão social do trabalho, mercantilização e burocratização das relações sociais. A negação e degradação da vida humana são reforçadas na sociedade capitalista e os sentimentos produzidos na ordem do capital não se configuram como expressão autêntica da humanidade. Desta forma, é a felicidade que se revela negada para todos, embora os indivíduos pertencentes às classes e frações de classe privilegiadas tenham “algo a mais”, sua alienação é mais reconfortante, dando a

entender que sejam felizes, enquanto na realidade não o são. O que realmente existe é uma falsa sensação de felicidade e alegria coletivas, uma pseudestesia. Isso é ainda mais real em épocas de festas de fim de ano, nas quais tendemos a nos sentir “felizes” apenas na medida em que temos acúmulo (de dinheiro, poder, conhecimento, propriedades) ou então ao encerrar e desta forma se livrar de determinado trabalho, o qual em sua totalidade não foi planejado por nós mesmos. O trabalho no capitalismo não é algo que gera prazer autêntico e verdadeira satisfação. É um exercício forçoso, no qual não nos reconhecemos e em muitas vezes fazemos o possível para dele se libertar, através de ações espontâneas como faltas, atrasos, diminuição do ritmo da produção, dentre outras. Contudo, as saídas individuais não contribuem com o processo de desenvolvimento da consciência e obstaculizam a real compreensão do caráter alienado do trabalho na sociedade burguesa.

Palavras finais:

A autogestão social como alternativa para a infelicidade reinante no mundo capitalista

Para as classes exploradas e oprimidas em nossa sociedade inexistente a possibilidade do desenvolvimento pleno de uma relação efetivamente humana e realmente autêntica para com o mundo social e a natureza que nos rodeia. Desta forma, a felicidade enquanto manifestação da atividade humana não existe nas sociedades de classes, muito menos no capitalismo. O que ocorre é a produção da ideia de felicidade como sendo a expressão dos interesses, valores e sentimentos das classes dominantes, sendo uma ideologia no sentido marxista do termo, ou seja, uma produção sistematizada de falsa consciência a serviço da reprodução das relações sociais dominantes.

Para a superação da condição atual da humanidade, onde uma ínfima parcela da população goza de uma série de privilégios os quais são possíveis graças a um conjunto de relações sociais marcadas pela alienação, exploração e dominação do ser humano pelo ser humano é necessária a transformação radical deste conjunto de relações. Tais relações surgem nos locais de trabalho e produção de mercadorias. Sua generalização ao conjunto da vida social gera uma sociabilidade marcada pela desumanização e pela miséria em todas as suas manifestações (psíquica, cultural, intelectual, etc.). Assim, somente com um projeto alternativo de sociedade será possível, concretamente, prover e reproduzir uma

sociabilidade que permita ao conjunto dos seres humanos uma vida plena e feliz, o que pressupõe a superação do próprio caráter e expressão do trabalho. A verdadeira felicidade humana só é possível numa sociedade na qual haja a emancipação do conjunto dos seres humanos com a totalidade de suas atividades, através da superação do trabalho alienado e das relações sociais subjacentes, geradoras de insatisfação, frustração, tristeza e demais sentimentos característicos de uma sociabilidade alienada.

A definição de felicidade esboçada no presente trabalho tem como fundamento a possibilidade real de os seres humanos, através do trabalho não-alienado e de uma sociabilidade não repressiva e coercitiva, desenvolverem o conjunto de suas potencialidades e se reconciliem com sua natureza. Contudo, tal processo só tem condições de existir com um projeto alternativo de sociedade. Os seres humanos serão efetivamente felizes na medida em que, através da superação da ordem capitalista, sejam capazes de produzir e reproduzir relações sociais e de produção autenticamente humanas, o que pressupõe uma organização do trabalho em fundamentos libertos da alienação e exploração. Por conseguinte, tal superação da atual condição alienada da humanidade tende a reforçar uma mentalidade nova, que não se baseie nos pressupostos de uma ética autoritária e que privilegie a satisfação das necessidades humanas e não do capital, relação social de exploração que se generaliza ao conjunto da vida em sociedade.

Tal projeto em nosso entendimento é a autogestão social, tendência histórica e social já manifesta nas experiências revolucionárias do proletariado (Comuna de Paris em 1871, Revoluções Russa de 1905 e 1917, esta última antes da contrarrevolução burocrática levada a cabo pelo bolchevismo através da estatização dos meios de produção e reprodução da vida material, Revolução Espanhola entre 1936/1939, Maio de 1968 na França, dentre outras). A utopia autogestionária tende a abolir a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, distribuição e consumo dos meios necessários à vida, instaurando novas relações sociais, mentalidade, valores, ideias e sentimentos, os quais surgem como embrião no próprio processo da luta encarniçada contra os defensores do capital e do estado, efetivando-se na autogestão das lutas pelas próprias classes exploradas e oprimidas, inaugurando desta maneira um processo radical de transformação do conjunto das relações sociais.

Somente através da consolidação da autogestão social, que é a essência do modo de produção comunista, poderemos constituir um ser humano realmente rico, o qual possa

desenvolver o conjunto de suas potencialidades através do trabalho e emancipar-se enquanto ser social na medida em que constituir uma sociabilidade pautada em valores, ideias, sentimentos, interesses e na produção de uma mentalidade desvinculada dos interesses desumanos, mesquinhos e particulares que caracterizam a desumana e alienada ordem social capitalista.

Diante do exposto podemos concluir que a ideia de felicidade numa perspectiva antagônica à propalada pela burguesia e por suas classes auxiliares, portanto numa perspectiva revolucionária, deve estar necessariamente vinculada à crítica radical dos mecanismos que possibilitam o surgimento desta fantasiosa concepção.

Por fim, deve se apoiar num projeto alternativo de sociedade, no qual a humanidade passará do mundo das necessidades para o reino da felicidade e liberdade, possuindo o domínio total do conjunto de suas atividades, o que só será possível com a concretização da verdadeira emancipação humana através da autogestão social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Claudio Luis de Alvarenga. A Fundamentação da Felicidade em Marx. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/issue/view/57>. Acesso em 31 de maio de 2014.

FROMM, Erich. *Análise do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

VIANA, Nildo. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.